

LÍNGUA PORTUGUESA

O que é resiliência?

01 A resiliência é um termo muito trabalhado na Psicologia e que diz respeito à capacidade de uma
02 pessoa de conseguir lidar com problemas e mudanças, de superar desafios — de forma a manter o equilíbrio
03 — e de conseguir alcançar os seus objetivos. Inclusive, ao mesmo tempo, trata-se da capacidade de sair de
04 circunstâncias adversas mais fortalecido e capaz de continuar a sua jornada.

05 Ou seja, o conceito está intimamente ligado com a forma como interpretamos e como agimos
06 diante dos problemas no dia a dia. Se você tem a postura de encarar os desafios e seguir em frente, lidando
07 com os abalos de uma maneira mais tranquila, é sinal de que tem uma maior resiliência. Já aqueles que se
08 sentem paralisados e são mais afetados diante dos obstáculos, via de regra, são menos resilientes.

09 Saiba, porém, que não há problema algum em fazer parte do segundo grupo, afinal, isso não
10 significa que você precisa se manter condicionado a essa situação para sempre. Se isso o incomoda, é possível,
11 sim, segundo a Psicologia, trabalhar essa habilidade para que você possa lidar com os problemas com maior
12 resistência e mais poder e, até mesmo, para dar maior apoio para os seus familiares e para os entes queridos.

13 É importante lembrarmos que essa não é uma característica inata. Assim, você pode desenvolvê-la
14 ao longo da vida. Também há situações que são mais confortáveis para nós e, por conseguinte, lidaremos com
15 elas com maior resiliência, enquanto outras já serão mais complexas.

Disponível em: <https://blog.primaveras.com.br/o-que-e-resiliencia/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

01. Qual é asserção cujo teor **NÃO** corresponde ao texto em análise?

- (A) Os indivíduos podem apresentar níveis diferentes de resiliência.
- (B) A resiliência se manifesta, com mais intensidade, quando se baseia no altruísmo.
- (C) A idiosincrasia (“Maneira de agir ou reagir própria de uma pessoa”) e a resiliência estão relacionadas.
- (D) A ciência das estruturas mentais e comportamentais do indivíduo preconiza o desenvolvimento dessa capacidade.

02. Entre os argumentos seguintes, qual se baseia na defesa de ser resiliente?

- (A) “A resiliência é um termo muito trabalhado na Psicologia”.
- (B) “É importante lembrarmos que essa não é uma característica inata”.
- (C) “trata-se da capacidade de sair de circunstâncias adversas mais fortalecido e capaz de continuar a sua jornada”.
- (D) “o conceito está intimamente ligado com a forma como interpretamos e como agimos diante dos problemas no dia a dia”.

03. O texto em discussão se caracteriza por apresentar um nível de linguagem em que predomina:

- (A) o jargão.
- (B) o regionalismo.
- (C) a linguagem informal.
- (D) a norma culta da língua.

04. De acordo com as relações coesivas, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o substantivo “pessoa” (l. 02) é retomado pelo pronome “seus” (l. 03).
- (B) o pronome “seus” (l. 12) refere-se à forma de tratamento “você” (l. 11).
- (C) o termo “essa situação” (l. 10) e o pronome “isso” (l. 10) retomam referentes distintos.
- (D) o “porém” (l. 09) liga a ideia de ser “menos resilientes” (l. 08) à de não haver problema em ser “menos resilientes”.

05. Existem quantos pronomes no último parágrafo (da l. 13 à l. 15)?

- (A) 03.
- (B) 05.
- (C) 07.
- (D) 09.

06. Entre os termos seguintes, aquele que exerce a função de sujeito é:

- (A) “o conceito” (l. 05).
- (B) “problema algum” (l. 09).
- (C) “uma maior resiliência” (l. 07).
- (D) “uma característica inata” (l. 13).

07. Assinale a alternativa em que a relação entre o conectivo e a ideia expressa está **INCORRETA**.

- (A) “porém” (l. 09) – oposição.
- (B) “se” (l. 10) – consequência.
- (C) “para que” (l. 11) – finalidade.
- (D) “enquanto” (l. 15) – proporção.

08. Uma das características do texto em estudo é ser dissertativo-argumentativo, por isso a maioria dos verbos estão flexionados no:

- (A) presente do subjuntivo.
- (B) presente do indicativo.
- (C) futuro do presente.
- (D) futuro do pretérito.

09. Ao se colocar este trecho “no dia a dia” (l. 06) no plural, tem-se a seguinte forma **CORRETA**:

- (A) *nos dia a dia*.
- (B) *nos dias a dia*.
- (C) *nos dias a dias*.
- (D) *nos dia a dias*.

10. Quanto à regência dos verbos constantes do último parágrafo (da l. 13 à l. 15), qual é a assertiva **INCORRETA**?

- (A) Existe verbo intransitivo.
- (B) Tem-se verbo de ligação.
- (C) Há verbo transitivo indireto.
- (D) Observa-se verbo transitivo direto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. No atinente aos direitos políticos, incluindo as questões municipais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) As manifestações favoráveis e contrárias às questões municipais submetidas às consultas populares ocorrerão independentemente dos períodos das campanhas eleitorais e incluem a utilização maciça de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- (B) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas câmaras municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (C) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, exceto os prefeitos, devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.
- (D) Os estrangeiros regularmente domiciliados no Brasil podem alistar-se como eleitores nos pleitos municipais.

12. Segundo Paulo Bonavides, em *Curso de Direito Constitucional*, não se conhece uma única forma de união federativa contemporânea em que o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no País com a Carta de 1988, a qual impõe aos aplicadores de princípios e de regras constitucionais uma visão hermenêutica muito mais larga no tocante à defesa e à sustentação daquela garantia. Nunca esteve o município numa organização federativa tão perto de configurar aquela realidade de poder – chamado *pouvoir municipal* – almejado por numerosas parcelas de publicistas liberais dos séculos XVIII e XIX, quanto na Constituição brasileira de 1988.

Conforme asseverado, a Constituição Federal de 1988 elevou o município à condição de ente federado, estabelecendo uma descentralização e a existência de soberania, para União, estados e municípios, conforme preconizado desde o artigo 1º. A elevação do município foi inovação do Federalismo brasileiro. No concernente às competências constitucionais dos municípios, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (B) Legislar sobre o trânsito e o transporte.
- (C) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- (D) Organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais nos termos da lei.

13. A respeito dos direitos e dos deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (B) A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (C) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, sendo esta última considerada lícita por Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (D) A todos, no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, não se aplicando aos processos administrativos.

14. Sobre controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o texto constitucional de 1988.

- (A) Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (B) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito municipal pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) O Procurador-Geral da República poderá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
- (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

15. Com relação à classificação das constituições, quanto à origem, a doutrina classifica as constituições em promulgadas e em outorgadas. As promulgadas derivam dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração; ao passo que as outorgadas são elaboradas e estabelecidas sem a participação popular, por intermédio da imposição do poder da época.

Assinale a alternativa **CORRETA** no que concerne às constituições brasileiras classificadas como outorgadas.

- (A) 1.824, 1.934, 1.967 e EC nº 01/69.
- (B) 1.824, 1.937, 1.967 e EC nº 01/69.
- (C) 1.891, 1.934, 1.946 e 1.988.
- (D) 1.891, 1.937, 1.967 e 1.988.

16. De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa **INCORRETA** com relação às normas fundamentais do Processo Civil.

- (A) Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- (C) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (D) A conciliação, a mediação e os outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

17. Conforme as regras vigentes estabelecidas pelo CPC/2015, os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente,

- (A) por seu prefeito ou procurador.
- (B) por seu prefeito e procurador.
- (C) por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada. Neste caso, a representação judicial do município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos municípios associados e dependerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.
- (D) por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, independentemente de autorização expressa, com indicação meramente genérica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.

18. De acordo com o CPC/2015, é lícito ao autor, mediante o consentimento do réu, emendar a petição inicial até:

- (A) o saneamento do processo aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.
- (B) a sentença.
- (C) as alegações finais.
- (D) a citação, sendo imprescindível, neste caso, a manifestação da parte ré.

19. Conforme expresso pelo Código de Processo Civil de 2015, acerca da Fazenda Pública em Juízo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O membro da Advocacia Pública está imune de responsabilização civil no exercício de suas funções institucionais.
- (B) A intimação pessoal far-se-á por carga ou remessa, sendo vedada a realização por meio eletrônico.
- (C) Incumbe à Advocacia Pública defender e promover os interesses públicos dos municípios, por meio da representação judicial/extrajudicial e administrativa, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta, incluindo as paraestatais.
- (D) Os municípios e as suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

20. À luz da CLT, assinale a alternativa que corresponde a um quesito **CORRETO** na situação em que o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.

- (A) Praticar o empregador ou os seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama.
- (B) O empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, sem afetar a importância dos salários.
- (C) Correr perigo de possível mal.
- (D) O empregador ou os seus superiores hierárquicos cobrar disciplina.

21. Afrânio Alberto, colaborador terceirizado no exercício de atividade laboral como motorista na Prefeitura Municipal de Pedra Branca ajuizou reclamação trabalhista em face do Município alegando que a Empresa Diagonal não paga seus salários há 05 (cinco) meses.

Considerando a situação acima relatada do motorista Afrânio Alberto, de acordo com a orientação jurisprudencial firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST),

- (A) gera-se vínculo de emprego com o Município de Pedra Branca.
- (B) o Município de Pedra Branca responde subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei de Licitações, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- (C) a contratação de Afrânio Alberto por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o Município de Pedra Branca, independentemente da realização de concurso público.
- (D) o mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada gera a responsabilidade patrimonial e moral do Município de Pedra Branca.

22. À luz da orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue a alternativa **CORRETA** a respeito de relação de trabalho e de emprego entabulada pela Administração Pública.

- (A) A contratação de servidor público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo artigo 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, com relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- (B) Por força da inconstitucionalidade verificada, caso um contrato de trabalho entabulado pela administração pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação do contratado em concurso público, o trabalhador não terá direito ao depósito do FGTS, tampouco ao salário relativo aos serviços prestados.
- (C) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo artigo 37, II e § 2º, não havendo o reconhecimento de direitos trabalhistas.
- (D) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo artigo 37, II e § 2º, conferindo-lhe direito ao pagamento da contraprestação pactuada, com relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário contratualmente entabulado.

23. A respeito do rito sumaríssimo no Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação trabalhista ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (B) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 30 (trinta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação trabalhista ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (C) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.
- (D) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação trabalhista ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

24. Considerando o entendimento do TST sobre a divergência jurisprudencial justificadora do recurso de revista e de embargos no Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma, é válida para comprovação de divergência jurisprudencial em todos os matizes.
- (B) A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores.
- (C) É válida, para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso, a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente se limite a transcrever o trecho divergente.
- (D) A existência do código de autenticidade na cópia, em formato PDF, do inteiro teor do aresto paradigma, juntada aos autos, não a torna equivalente ao documento original e não supre a ausência de indicação da fonte oficial de publicação.

25. Com relação ao agravo de instrumento no Direito Processual do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença.
- (B) É irrecurável a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.
- (C) Quando o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar o depósito previsto na CLT.
- (D) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá ao valor da causa.

26. A respeito das excludentes de ilicitude, assinale a alternativa **CORRETA** conforme expresso pelo Código Penal.

- (A) Não há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- (B) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos.
- (C) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (D) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

27. Sobre ação civil “ex delicto”, aponte a alternativa que contempla a solução adotada pelo Código de Processo Penal.

- (A) O Município de Pedra Branca/CE poderá ser condenado ao pagamento de indenização por danos causados por conduta de agentes públicos, ainda que referidos danos tenham decorrido de conduta amparada por causa excludente de ilicitude penal expressamente reconhecida em sentença transitada em julgado.
- (B) A decisão que julgar extinta a punibilidade impede a propositura de ação civil.
- (C) A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime e impede a propositura de ação civil.
- (D) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros, legatários e procuradores.

28. Sobre a utilização de algemas no Direito Processual Penal, deverão ser adotadas as seguintes providências conforme preconizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF):

- (A) é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade verbalmente ou por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- (B) é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, impossibilitando-se a tipificação de abuso de autoridade.
- (C) só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- (D) só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, descabendo a responsabilidade civil do Estado.

29. Assinale o item **correto**.

- (A) Uma vez que o ordenamento jurídico pátrio não alberga a repristinação, a lei revogada não pode ser restaurada após a lei revogadora ter perdido a vigência.
- (B) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, a equidade, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (C) Aplicar-se-á a lei do país de origem do proprietário quanto aos bens móveis que ele trazer.
- (D) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

30. Aponte o item **verdadeiro**.

- (A) Cessará a incapacidade, para os menores, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, por sentença do juiz, ouvido o curador, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (B) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- (C) A prova da intenção de mudança de domicílio resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.
- (D) São exemplos de pessoas jurídicas de direito privado as associações, fundações, organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

31. Marque a resposta **certa**.

- (A) É nulo o ato jurídico quando a lei taxativamente assim o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, ainda que sem cominar sanção.
- (B) É anulável o ato jurídico por vício resultante de erro, culpa, dolo, coação e estado de perigo.
- (C) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa, salvo se as circunstâncias não o tornarem absolutamente necessário.
- (D) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

32. Identifique a assertiva **verdadeira**.

- (A) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, por quaisquer das partes, e a sua renúncia pode ser expressa ou tácita, só valendo se feita depois que a prescrição se consumar.
- (B) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pagado daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absolutamente incapaz.
- (C) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita aos demais, e, de maneira semelhante, a interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros.
- (D) Aquele que demandar por dívida já paga, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

33. Assinale o item correto.

- (A) São nulos de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder e o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato citado anteriormente.
- (B) Valendo-se da classificação mais utilizada para as receitas públicas no âmbito do direito financeiro, derivadas são aquelas provenientes da economia privada, representadas pelos impostos, pelos ingressos para fiscais e pelas multas.
- (C) São requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação, ficando vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não os observar, no que se refere aos impostos e às taxas.
- (D) A renúncia de receita equivale a gasto tributário e, neste contexto, engloba os mecanismos financeiros empregados na vertente da receita pública que produzem os mesmos resultados econômicos da despesa pública.

34. Identifique a assertiva verdadeira.

- (A) A abertura dos créditos suplementares depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa, considerando-se recurso para este fim, desde que não comprometidos, o *superavit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício vigente.
- (B) Receitas correntes são as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes e, ainda, o *superavit* do orçamento corrente.
- (C) Transferências correntes são as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, ao passo em que as transferências de capital são as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.
- (D) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento.

35. Marque a resposta certa.

- (A) O imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados e sobre produtos industrializados são exemplos de tributos em face dos quais não se aplica o princípio da anterioridade, de modo que podem os mesmos ser majorados e cobrados (com o novo valor) no mesmo exercício anual, ainda que antes de decorridos 90 (noventa) dias da publicação da lei.
- (B) Enquanto não definitivamente julgado e desde que não tenha sido fraudulento, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, ainda que tenha implicado em falta de pagamento de tributo.
- (C) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem que segue, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
- (D) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão e exclusão do crédito tributário, outorga de isenção, e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

36. Aponte o item correto.

- (A) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, exceto quanto aos impostos lançados por períodos certos de tempo e desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.
- (B) A restituição total ou parcial do tributo não dá lugar à restituição dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- (C) O direito de a fazenda pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício material, o lançamento anteriormente efetuado.
- (D) A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, gerando, assim, direito adquirido, salvo no caso de concessão da moratória em caráter individual.

37. Assinale o item correto.

- (A) Seguindo a mesma lógica da determinação constitucional que exige do Poder Executivo a apresentação de projeto de lei para a criação de cargos e empregos públicos, os Poderes Judiciário e Legislativo também devem criar cargos e empregos públicos através de lei de iniciativa dos seus respectivos Chefes.
- (B) No caso dos juízes e dos membros do Ministério Público, a vitaliciedade configura a maior garantia de permanência nos respectivos cargos, após o período de três anos de exercício.
- (C) Uma vez que alcança aspectos fisiológicos que podem interferir no exercício do cargo ou emprego público, o exame psicotécnico revela procedimento albergado pela avaliação médica para fins de admissão no serviço público e, por tal razão, prescinde de previsão legal no sentido estrito, devendo, contudo, estar prevista no edital do certame.
- (D) À exceção de cargos eletivos e cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes de regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.

38. Marque a opção certa.

- (A) Embora exista comando legal que determina que os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador, em caso de inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário do serviço de abastecimento de água, após ter sido formalmente notificado, tal regra não se aplica quando o usuário é o Poder Público, haja vista que, em face da supremacia do interesse público sobre o privado, os prédios públicos não podem deixar de funcionar.
- (B) Por definição legal, dentro do contexto de delegação negocial no âmbito da Administração Pública, a desestatização pode ser encarada como a transferência, para a iniciativa privada, de atividades ou serviços públicos explorados pelo Poder Público, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade.
- (C) Apesar de a doutrina, historicamente, ter entendido que a concessão de serviço público é caracterizada como contrato administrativo e que a permissão de serviço público se qualifica como ato administrativo, o legislador inovou no tema ao determinar que a permissão possui natureza de contrato de adesão.
- (D) Figurando como hipótese de concessão especial, a parceria público-privada pode ser celebrada com base em dois formatos: concessão patrocinada e concessão administrativa; no primeiro caso, a remuneração do serviço decorre de fonte dupla (pagamento de tarifa pelos usuários e contraprestação pecuniária pelo poder concedente), enquanto na outra hipótese o pagamento decorre exclusivamente de tarifas a cargo dos usuários.

39. Indique a alternativa verdadeira.

- (A) Considerada como um dos requisitos do ato administrativo, a competência exige que seja o mesmo praticado por quem detém atribuição para tanto, admitindo-se apenas excepcionalmente a delegação, a exemplo do que acontece com os servidores do Poder Judiciário, posto que receberão delegação exclusivamente para a prática de atos de mero expediente sem caráter decisório.
- (B) Adotando a tese de que a imperatividade e a autoexecutoriedade configuram atributos do ato administrativo, pode-se dizer que aquele primeiro atributo indica que a Administração Pública pode praticar o ato de imediato, ao passo que a autoexecutoriedade evidencia que o Estado tem o poder de exigir o cumprimento do ato, sem a necessidade de submetê-lo ao crivo do Poder Judiciário.
- (C) Considerando o ato discricionário como aquele através do qual se defere ao agente público o poder de valorar os fatores constitutivos do motivo e do objeto, apreciando a conveniência e oportunidade da conduta (“mérito administrativo”), é de se concluir que tal condição lhe é exclusiva, de modo que a valoração de conduta não alcança a aplicação de conceitos jurídicos indeterminados.
- (D) Na tentativa de dar maior celeridade ao exercício da função jurisdicional, foi instituído o regime das súmulas vinculantes, em sede do qual foi implementada a “reclamação ao Supremo Tribunal Federal” para formalizar o pedido de anulação, por exemplo, de atos administrativos que contrariem enunciado de súmula vinculante, bastando para tanto a comprovação da pretensão resistida, sem a necessidade de esgotamento das vias administrativas.

40. Assinale a opção certa.

- (A) Encontrando-se adstrita ao princípio da supremacia do interesse público, a Administração Pública vê-se impedida de subscrever cláusula compromissória de juízo arbitral, haja vista que todos os litígios que lhe envolvam devem ser solucionados pelo Poder Judiciário.
- (B) Em sede de controle externo exercido pelo Poder Legislativo, pode o Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.
- (C) Considerando que, por força de determinação constitucional, o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público, tem ele a competência para invalidar atos administrativos, negociais ou não.
- (D) A exemplo do que ocorre no âmbito do Poder Judiciário, o Poder Executivo também contempla a figura da coisa julgada; entretanto, neste último caso, a impossibilidade de modificação da situação fático-jurídica alcança unicamente a Administração Pública, não impedindo a análise e eventual alteração do status quo por parte da esfera judicante.